



ARTESANATO: ARTEFATO DA ESTRUTURA SOCIAL

Ismael Pereira¹

Raquel Alquatti²

Stefany Retore Garbin³

Luciene Jung de Campos, Prof.^a Dra. Orientadora⁴

Universidade de Caxias do Sul - UCS

Resumo: O presente trabalho se propõe a discutir como os lugares dos discursos e os lugares das cidades se articulam para estabelecer muros físicos e simbólicos de segregação e exclusão, de onde o saber-fazer do artesão está situado. Será realizada uma revisão bibliográfica que vaga por diferentes áreas do saber, articulado ao dispositivo teórico-metodológico da Análise do Discurso Francesa. Muitas vezes o artesanato se estabelece, enquanto um artefato da estrutura social de classes, como uma segunda profissão – uma alternativa - do sujeito. A condição desse artefato evidencia a subsistência do então artesão, que obtém com sua atividade apenas o suficiente para reproduzir sua existência. O conceito de Formação Social re-teorizado por Pêcheux será trabalhado para possibilitar os questionamentos na direção dos dispositivos que situam o artesão na teia social.

Palavras-chave: Artesanato e Análise do Discurso; Formação Social; Espaço Urbano; Turismo.

Introdução

O presente trabalho é fruto de uma discussão proposta no projeto de pesquisa *Artesanato e Turismo: saberes e trocas simbólicas*, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Turismo – Mestrado, da Universidade de Caxias do Sul. Neste projeto, abordamos o artesanato como representação do popular, portanto, do excluído. Os artesãos, que não chegam a ser artistas, ficam de fora de bens simbólicos “legítimos”, das universidades e dos museus (CANCLINI, 2000). A arte popular é produzida pela classe trabalhadora ou por

¹ Graduando do curso de Psicologia pela Universidade de Caxias do Sul. Bolsista de Iniciação Científica BIC-UCS. E-mail: pereira.isma@gmail.com.

² Graduanda do curso de Psicologia pela Universidade de Caxias do Sul. Bolsista de Iniciação Científica PROBIC-FAPERGS. E-mail: r.alquatti@gmail.com.

³ Graduanda do curso de Licenciatura em História pela Universidade de Caxias do Sul. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC – CNPq. E-mail: regarste@gmail.com.

⁴ Professora Doutora do Centro de Ciências Humanas e do PPGTUR – Mestrado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul. Coordenadora do projeto Artesanato e Turismo: saberes e trocas simbólicas. E-mail: ljungdecampos@gmail.com



artistas que dela surgem ou aderem a seu projeto. O campo do popular vai se destacando, de certa maneira precariamente, porque antes de um estilo, ele indica uma origem social.

Lançando alguns questionamentos na direção do saber-fazer do artesão segundo o conceito de Formação Social re-teorizado por Pêcheux, nos propomos a discutir como os lugares dos discursos e os lugares da cidade se articulam para estabelecer muros físicos e simbólicos de segregação e exclusão, de onde o artesão está situado.

Faremos uma revisão bibliográfica que transita entre autores clássicos como Marx e Lacan e autores atuais como Harvey e Zizek, costurada pela perspectiva teórico-metodológica da Análise do Discurso de vertente francesa. Neste encontro, o artesanato e o turismo delineiam um espaço que reúne o artesão/sujeito, dotado de um inconsciente e interpelado pela ideologia. Se atentarmos para a sociedade burguesa, veremos que ela não aboliu os antagonismos entre as classes. Os mestres-artesãos foram suplantados pela burguesia industrial. Assim, o artesanato indica uma posição-sujeito na estrutura social antes de indicar um estilo.

A formação social é o espaço onde as transformações sociais são possíveis. A cidade, teia social, abriga a contradição do central e do periférico enquanto incompatíveis e interdependentes. O turismo apresenta-se como possibilidade de agenciar o deslocamento dos corpos e a distribuição urbana como constitutivas dos sujeitos enquanto seres que (se) deslocam. Logo, este texto se caracteriza como uma possibilidade inicial - e aberta - para que possamos problematizar o espaço social e seus efeitos de segregação na cidade e no saber-fazer dos artesãos.

Dispositivo teórico metodológico – de onde falamos

É no discurso, precisamente, que se encontram, se intrincam e se embaraçam, como um verdadeiro nó, as questões relativas à língua, à história e ao sujeito. E é também onde se cruzam as reflexões de Michel Pêcheux sobre a história das ciências, a história do homem, sua paixão pelas máquinas, entre outras tantas. O discurso constitui-se, assim, no verdadeiro ponto de partida de uma aventura teórica. Michel Pêcheux dá início a Análise do Discurso, na França, como seu principal articulador, em fins da década de 60. Esta disciplina oferece “um



dispositivo teórico e de análise que permitirá tornar visíveis as afinidades e/ou diferenças na interlocução com outros saberes” (FERREIRA, 2010, p. 20).

A Análise do Discurso (AD) francesa constrói um saber sustentado por três grandes áreas do conhecimento, a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise. O sujeito estaria assim sendo afetado por essas três ordens e deixando em cada uma delas um furo, como é próprio da estrutura de um ser-em-falta: o furo da linguagem, representado pelo equívoco; o furo da ideologia, expresso pela contradição, e o furo do inconsciente, trabalhado pela psicanálise. Este sujeito da AD é enquanto falta, pois é a falta que preenche enquanto ausência (FERREIRA, 2010). A autora ainda aponta que:

Se não houvesse a falta, se o sujeito fosse pleno, se a língua fosse estável e fechada, se o discurso fosse homogêneo e completo, não haveria espaço por onde o sentido transbordar, deslizar, desviar, ficar à deriva (FERREIRA, 2010 p. 24).

A mediação entre linguagem e ideologia se dá sob a retina do materialismo histórico, que tem em Althusser (2007) seu principal inspirador. Vem daí também a influência da compreensão de sujeito enquanto sujeito interpelado, assujeitado ideologicamente e construído no campo da linguagem. Para Pêcheux (1995), a ideologia, fornece evidências para que todos saibam o que/qual lugar ocupa, um patrão, um operário, um soldado, etc. Deste modo, o autor aborda que um sentido não existe em si mesmo. Ele é determinado dentro das posições ideológicas a partir das quais os sentidos são produzidos, isto é, as Formações Ideológicas (FIs).

As Formações Discursivas (FDs), por sua vez, são o que "numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode ser dito" (PÊCHEUX, 1995, p. 160). O que identifica e constitui o sujeito em certa FD, denomina-se Forma-sujeito. "Também chamado de sujeito universal ou sujeito histórico de uma determinada formação discursiva, a forma-sujeito é responsável pela ilusão de unidade do sujeito" (FERREIRA, 2005 p. 15).

O lugar do qual o sujeito fala determina as relações de força no discurso, enquanto as relações de sentido pressupõem que não existe discurso que não se relacione com outros. O elemento determinante do sentido no discurso é a ideologia. A ideologia está materialmente relacionada ao inconsciente (CAMPOS, 2012). Desta forma, a ideologia materializada através



do discurso, coloca-se como constitutiva dos sujeitos, produtora de subjetividade ao passo que informa o sujeito o que ele pode ser e quais lugares ele pode ocupar dentro das FDs. A Análise do Discurso coloca-se como um dispositivo de desconstrução dos sentidos evidentes para que seja possível explicitar as relações de força que se fazem presentes.

Assim como a ideologia situa os sujeitos nas Formações Discursivas, a cidade - como o lugar da luta de classes - situa os sujeitos em posições geográficas: o central e o periférico, o dentro e o fora, o núcleo e a borda.

Industrialização e capitalização: das navegações ao acúmulo de bens

Marx e Engels são categóricos ao descrever a sociedade burguesa surgida das ruínas da sociedade feudal. Diante da leitura do *Manifesto do Partido Comunista* (2012 [1848]) compreendemos que a respectiva sociedade não aboliu os antagonismos entre as classes. Apenas constituiu novas classes, novas formas de luta em lugar das antigas. Os mestres-artesãos foram suplantados pela burguesia industrial. Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pela produção nacional, surgem necessidades revigoradas, por assim dizer, que para serem satisfeitas exigem produtos dos solos e dos climas mais distantes, estabelecendo uma interdependência das nações. Neste ponto somos tentados a pensar que este foi o cenário original do capital globalizado contemporâneo. Mas sem ter a pretensão e sequer a intenção de procurar uma origem, propomos uma retrospectiva anterior à estes autores que contribui, a nosso ver, para o desenvolvimento da sociedade capitalista.

A partir de uma leitura psicanalítica sobre o sujeito colonial, Calligaris (1999) constrói uma viagem histórica pela modernidade e suas implicações sociais. Este autor adota dos livros escolares a data de 1492, como ponto de partida dos tempos modernos, caracterizados pelas grandes explorações, entre elas, as viagens de Cabral. As caravelas portuguesas, segundo o autor, não foram impulsionadas para o novo mundo nem por uma necessidade de espaço – ao contrário, era uma época de aglutinação urbana -, nem pela necessidade de bens de subsistência.

A especificidade moderna consiste no acúmulo de bens de luxo, sendo estes a própria matéria simbólica que passou a organizar a sociedade. Canclini (2003) corrobora com a discussão esclarecendo que em sociedades modernas a superioridade de sangue e títulos de

nobreza foram substituídos pelo consumo. Este último “se torna uma área fundamental para instaurar e comunicar as diferenças” (CANCLINI, 2003 p. 36). Diante da democratização ao acesso de produtos, a burguesia precisou/precisa de âmbitos separados das urgências da vida prática, organizando os objetos por suas afinidades estilísticas e não por sua utilidade.

De volta à Marx e Engels (2012 [1848]), a burguesia subordinou o campo à cidade, bem como os países “bárbaros” aos países “civilizados”, os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente, obrigou o sujeito rural a adotar o seu modo de produção, aglomerou a população, concentrou a propriedade privada em poucas mãos e “não deixou subsistir de homem para homem outro vínculo que não o interesse nu e cru” (MARX; ENGELS, 2012 [1848] p. 48). A indústria moderna transformou a pequena oficina do mestre-artesão patriarcal na grande fábrica do capital industrial. Massas de operários, aglomeradas nas fábricas, são organizadas militarmente. Como simples soldados da indústria, são postos sob a vigilância de uma completa hierarquia de suboficiais e oficiais (Ibid., p. 52).

As pequenas camadas médias da época - compostas pelos pequenos industriais, os pequenos comerciantes, os artesãos e os camponeses – caíram indubitavelmente no proletariado. As razões são duas: em parte porque seu pequeno capital não permitia o exercício competindo com as grandes indústrias; em parte porque sua habilidade foi desvalorizada pelos novos métodos de produção (MARX; ENGELS, 2012 [1848]).

Os mesmos autores afirmam que a burguesia - proprietários privados – arranjada, então, como classe, é obrigada a expandir-se a fim de proteger seus interesses, organizando-se na forma de Estado. Já que o Estado, pois, é a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda sociedade civil de um período, segue-se que todas as instituições comuns são mediadas pelo Estado e dele adquirem uma forma política. Daí a ilusão que a lei se baseia na vontade e, mais ainda, na vontade livre, destacada de sua base real.

Temos aqui um sujeito da psicanálise, do desejo, assujeitado pelo social, interrompido pela sua classe, a mercê do Estado burguês. A proposição lacaniana de que foi Marx quem descobriu o sintoma coloca em cheque o discurso capitalista como o discurso da histórica. O que o capitalismo histórico produz com seu sintoma é o proletariado, a classe cuja existência é a negação da racionalidade da ordem vigente (ZIZEK, 1992). Sem dúvida, argumenta Lacan (2008 [1968]), “o trabalhador é o lugar sagrado desse elemento conflituoso que é a verdade do



sistema, e que emerge quando um saber, sustentado de forma tão mais perfeita quanto mais é idêntico à sua própria percepção no ser, dilacera-se em algum ponto” (LACAN, 2008 [1968] p. 38). Também é de nosso conhecimento a relação estabelecida por Lacan entre o mais-degozar e a mais-valia marxista:

O capitalismo – isso é realmente um lugar-comum do materialismo histórico – difere das formações anteriores por ser uma condição intrínseca de sua reprodução que ele ultrapasse incessantemente, revolucione incessantemente a situação dada, e desenvolva as forças produtivas; a razão deve ser buscada na mais-valia como “finalidade-motor” que impulsiona o mecanismo da reprodução social, em suma, em lugar da “verdade” do discurso capitalista, encontramos realmente o mais-degozar (ZIZEK, 1992, p. 90).

A cidade, lugar da convivência, carregada de leis, regras e políticas higienista, rejeita a periferia, assim como o desejo. Todavia é o Estado, através da ideologia que tece as redes urbanas.

A questão urbana

As cidades são o palco principal da reprodução da força de trabalho. Todavia, elas não oferecem apenas o espaço, o substrato ou o solo para essa reprodução social. Boas condições de vida estão diretamente vinculadas às políticas públicas urbanas – transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança. Para além, a cidade não é apenas reprodução da força de trabalho.

Ela é também um produto ou grande negócio, notadamente para os coronéis do capital que embolsam, com sua produção e exploração, lucros, juros e rendas (MARICATO, 2013). É elementar ressaltar que há uma disputa básica, pano de fundo da história de todas as sociedades, como incisivamente Marx e Engels inauguram *O Manifesto* (2012, [1848]), entre aqueles que querem dela melhores condições de vida e aqueles que visam apenas extrair ganhos. A potencializar o discurso marxista, Pêcheux (1995) destaca que essa disputa – luta de classes – é o motor natural da história.

David Harvey (2013), geógrafo americano, sustenta que vivemos “em cidades divididas, fragmentadas e tendentes ao conflito” (HARVEY, 2013 p. 28). A retina pela qual notamos o mundo e o modo pelo qual determinamos suas possibilidades “estão associadas ao



lado da cerca onde nos encontramos” (Ibid. p. 28). Tal observação nos leva ao encontro do conceito da AD onde os sentidos produzidos no discurso e os deslocamentos e posicionamentos sociais permitidos ao sujeito dependem da sua classe, isto é, dependem da formação discursiva que localiza o sujeito perante a ideologia. Harvey (2013), ainda, acrescenta que o capital globalizado em direção ao neoliberalismo ressaltou, ao invés de diminuir, as desigualdades sociais.

As cidades brasileiras carregam uma herança pesada. A desigualdade social - um dos maiores índices da América Latina - se soma a um “Estado patrimonialista e à universalização da política do favor” (MARICATO, 2013 p. 20). Boa parte das cidades é erguida pelos próprios moradores em áreas invadidas, ou adquiridas de loteadores ilegais. Trata-se, pois, de uma força de trabalho que não pertence ao mercado residencial privado legal. Portanto, uma força de trabalho barata, segregada e excluída da cidade legal.

Conectando-nos a uma perspectiva discursiva para problematizar as concepções do urbano, trazemos ao palco Eni Orlandi (2012). A autora aborda o espaço como uma possível materialidade discursiva: “ele não é um vazio, nem apenas uma função, ele é o espaço de interpretação, tem sua materialidade em que se confrontam o simbólico e o político” (ORLANDI, 2012, p. 200). O espaço é colocado aqui como um lugar de significações, é nesse lugar que relações e significados podem ser gerados nas relações entre os sujeitos e o trajeto.

A forma da cidade e a forma sujeito estão completamente ligadas: “o modo como se dispõe o espaço é uma maneira de configurar sujeitos em suas relações, em suma, de significá-los” (Ibid., p.199). Nesta relação o espaço - lugar social e político - coloca-se como uma possibilidade simbólica para os sujeitos que ali transitam.

A cidade, como materialidade das relações políticas e ideológicas - atuantes através do Estado - caracteriza-se em uma estética hierarquizada e segmentada. Atuam conforme as relações de classe. Surge então a clara separação entre o centro e a borda, entre o bairro nobre e a periferia, entre o urbano e o rural, entre o público e o privado.

Formação Social: a luta de classes como motor natural da história

Essa demasiada civilização evidencia o assujeitamento de maneira tal que cada sujeito é conduzido a ter a impressão de estar desempenhando a sua livre vontade (PÊCHEUX,

1993). Temos, pois, um sujeito interpelado pela ideologia através do inconsciente. Para a Análise do Discurso – produzida no choque entre a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise - a ideologia é o elemento determinante do sentido no discurso. Os deslocamentos e posicionamentos sociais que são permitidos ao sujeito dependem diretamente da sua classe.

As relações de classes se caracterizam pelo afrontamento, no interior dos aparelhos ideológicos do Estado, de posições políticas e ideológicas. Os sujeitos se organizam em formações que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança, ou de dominação. Desta forma, as *formações ideológicas* constituem um conjunto complexo de atitudes e representações (*formações discursivas*) que se relacionam diretamente com as posições de classes em conflito umas com as outras (PÊCHEUX, 1993). A *formação ideológica* intervém como uma força em confronto com outras forças dentro de uma conjuntura ideológica, ou seja, uma *formação social*.

Assim, uma *formação social* é o espaço do qual se pode prever os efeitos de sentido que serão produzidos. Ainda as posições que os sujeitos ocupam na *formação social* condicionam as condições de produção indicando as posições ocupadas pelos sujeitos nos discursos (FERREIRA, 2005).

Este lugar determina as relações de força no discurso, enquanto as relações de sentido pressupõem a inexistência de um discurso que não se relacione com outro. “Assim, as palavras, as expressões, proposições mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (CAMPOS, 2012, p. 218).

O que a Análise do Discurso evidencia aqui é que a ideologia convoca os sujeitos a ocupar seu lugar dentro de uma *formação social*, em uma ou em outra das duas classes antagônicas do modo de produção (PÊCHEUX, 1993). Mais ainda, o sujeito situa-se em uma posição “tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade” (PÊCHEUX, 1993, p. 166).

Orlandi (2001) trata o espaço urbano como um espaço material que “funciona como um sítio de significações. [...] Um espaço simbólico trabalhado em/pela história, um espaço de sujeitos e de significantes” (ORLANDI, 2001, p. 186). Neste sentido é que destacamos a cidade como território das *formações sociais*. As formações urbanas conduzem a preposição dos lugares ideológicos aos lugares geográficos.

Pensar uma determinada formação urbana é também pensar seu crescimento econômico e, portanto, sua organização de espaço como um sistema produtivo. Sendo o



homem, nesse espaço, o fornecedor de trabalho. De acordo com Santos (1985), as formas geográficas contêm as formas sociais que ele denomina formas-conteúdo que estão: “sempre mudando de significação, na medida em que o movimento social lhe atribui, a cada momento, frações diferentes do todo social” (SANTOS, 1985 p. 02).

O espaço é uma totalidade fragmentada, que se caracteriza como um sistema de estruturas, ou seja, uma organização de uma combinação particular entre capital e trabalho. A organização é definida assim como o conjunto de normas que regem as relações internas e externas de uma área, regida por um equilíbrio entre dispersão e concentração de população em determinados períodos (SANTOS, 1985).

Portanto o espaço não pode ser pensado como um fato isolado. Na sociedade atual (globalizada) todos os espaços são alcançados por certo número de modernizações. Com a presença de grandes empresas a produção passa a depender cada vez mais de capitais fixos, a dependência do trabalho ao capital e o crescimento do trabalho intelectual ou terceirizado, gerando os grandes centros urbanos. Esse processo é designado *unificação do trabalho*, que são a massificação dos instrumentos de trabalho e do capital fixo, organizados e regidos por um único comando: o Estado.

A cena popular e o artefato de classes

Nessa cena, o popular carrega o discurso daqueles que estão diluídos na massa inculta, sem acesso à academia e aos museus, incapazes de ler e olhar a alta cultura porque desconhecem a história dos saberes e estilos: os artesãos que não chegam a ser artistas, nem a participar do mercado de bens simbólicos legítimos (CAMPOS, 2012). Comumente, atrelados à ideia de carregar a tradição, caminhando na contramão dos objetivos da modernidade, na qual, segundo Calligaris (1999), o “futuro dá sentido ao presente e o passado é memória” (CALLIGARIS, 1999 p. 19). No consumo, as esferas populares estariam sempre na borda do processo, enquanto espectadores sujeitados a reproduzir o ciclo capital e a ideologia dos dominadores (CANCLINI, 2003).

Os avessos entre o culto e o popular, entre o moderno e o tradicional, condensam-se na distinção situada pela estética moderna entre Arte e a “arte outra”. Apropriamo-nos deste termo, empregado por Campos (2012), para conceber o artesanato como o artefato que situa uma classe. A Arte apropria-se do movimento simbólico desinteressado, nos quais a estética prepondera a função, assim como, o belo suplanta o útil. Canclini (2003) enfatiza que o artesanato, nessa história toda, “aparece como o *outro*” (o grifo é nosso), como “o reino dos objetos que nunca poderiam dissociar-se do seu sentido prático” (CANCLINI, 2003 p. 242). Vejamos, Canclini (2003), assim como Campos (2012), também ressalta o “outro” como sendo o espaço do artesanato. Falar em Arte, com “A” maiúsculo, falar de artesanato, com “a” minúsculo, e falar de “outro”, indubitavelmente nos remete ao seminário 16 de Jaques Lacan (2008 [1968]), “*de um Outro a outro*”. No choque entre Psicanálise e Ideologia, Lacan concebe a Ideologia dominante, a cultura, a norma, a vigência, como o Outro maiúsculo, representado pela letra “A”, que interpela, barra, prepondera o sujeito. Este último, o sujeito, é designado como o outro minúsculo, representado pela letra “a”. Temos, pois a (A)рте como modelo que “corresponderia aos interesses e gostos da burguesia, [...] desenvolvendo-se nas cidades, [...] e quando representa paisagens do campo, faz isso com óptica urbana” (CANCLINI, 2003, p. 242). Em contrapartida, o (a)rtesanato é visto como produto de índios, de camponeses e dos setores populares (Ibid. 2003) – das classes subalternas, suplantadas pela classe dominante.

A formação social é o espaço onde as transformações sociais são possíveis. O artesanato indica uma posição-sujeito na estrutura social antes de indicar um estilo. “Atrás de toda mercadoria existe um trabalhador”, de acordo com Marx. O que pressupõe que a peça artesanal é a representação do proletariado, excluído dos bens simbólicos legítimos, das universidades e dos museus (CANCLINI, 2003), mas, categoricamente, incluído na produção e na mais-valia. Um artesão não se torna um artesão apenas porque está empregando uma técnica artesanal, mas porque está inserido em um contexto em que ser um artesão possui um significado social em articulação com outros significados.

A classe não é isolada. Ela é atravessada por diversos interesses e aparelhos ideológicos. Logo, a produção e venda do artesanato não são mais trabalhos particulares das classes dominadas. Ministérios da cultura e do comércio, fundações privadas, empresas de comunicação, intervêm nos meios de produção artesanais (Ibid., 2003).

O artesanato, enquanto um artefato da estrutura social de classes se estabelece, muitas vezes, como uma segunda profissão – uma alternativa - do sujeito. A condição desse artefato evidencia a subsistência do então artesão, que obtém com sua atividade apenas o suficiente para reproduzir sua existência. De acordo com Canclini (2003), “as deficiências da exploração agrária e o empobrecimento relativo dos produtos do campo impulsionam muitos povos a procurar na venda do artesanato o aumento de sua renda” (Ibid., p. 215).

O impacto das décadas que sucederam os anos 1980 foi de “baixo crescimento, alto desemprego e recuo das políticas públicas e sociais determinadas pelo receituário neoliberal” (Ibid. p. 230). Neste ponto é coerente agenciarmos pontos capitonês entre autores. De acordo com Chauí (2013), o “encolhimento do espaço público dos direitos e a ampliação do espaço privado dos interesses de mercado” (CHAUÍ, 2013 p. 124) estabeleceram as condições de desenvolvimento do neoliberalismo, cujas características principais podem ser compreendidas como: fragmentação e dispersão de todas as esferas do trabalho produtivo com a terceirização e precarização do trabalho; desemprego estrutural. Pois a forma contemporânea do capitalismo atua por exclusão, que se traduz não só pela introdução interminável de tecnologias de automação, mas também pela velocidade da rotatividade da mão de obra, que rapidamente se torna desqualificada em consequência da velocidade das mudanças tecnológicas.

Ora, eis que estas explicações últimas estão diretamente vinculadas aos motivos que levaram as pequenas camadas médias do séc. XIX a caírem no proletariado: o pequeno capital destas camadas não era páreo para com as grandes indústrias; a habilidade artesanal foi amplamente desvalorizada em função dos novos métodos de produção industriais (MARX; ENGELS, 2012 [1848]).

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

CALLIGARIS, Contardo. A Psicanálise e o sujeito colonial. In: SOUSA, Edson Luiz André de. **Psicanálise e Colonização**: leituras do sintoma social no Brasil. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 1999, p. 11-23.



CAMPOS, Luciene Jung de. O artista popular assentado no museu. **Organon**, Porto Alegre: UFRGS, v.27, n.53, p. 211 – 229, 2012.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Editora da USP, 2003 (Ensaio Latino-americanos, 1).

CHAUÍ Marilena. Uma nova Classe trabalhadora. *In*: SADER, EMIR E. (org.), **Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 123-164.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Análise do Discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama dos discursos. **Organon**, Porto Alegre: UFRGS, v.25, n.48, p. 17 – 35, 2010.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro (coord.). **Glossário de Termos do Discurso**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2005.

HARVEY, David. A liberdade da Cidade. *In*: HARVEY, David; et al. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 27-34.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 16: de um outro ao outro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008 [1968].

MARICATO Ermínia. É a questão urbana, estúpido!. *In*: HARVEY, David; et al. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 27-34.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2012. (Coleção a obra-prima de cada autor; 44).

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em Análise: sujeito, sentido e ideologia**. São Paulo: Editora Pontes, 2012.



ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e Texto:** formação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: UNICAMP, 1993, p. 163-252.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1985.

ZIZEK, Slavoj. **Eles não sabem o que fazem:** o sublime objeto da ideologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. (Transmissão da psicanálise; 26).